

Acervo de Mortos e Desaparecidos

Dossiê: 095/96

Procedimento administrativo CEMDP: 00005.200708/2016-94

Nome: ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JUNIOR

Data de Nascimento: 14/01/1915

Status: Desaparecido

Biografia: Normal 0 21 false false false PT-BR X-NONE X-NONE

/ Style Definitions */ table.MsoNormalTable {mso-style-name:"Tabela normal"; mso-tstyle-rowband-size:0; mso-tstyle-colband-size:0; mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-style-parent:""; mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt; mso-para-margin-top:0cm; mso-para-margin-right:0cm; mso-para-margin-bottom:10.0pt; mso-para-margin-left:0cm; line-height:115%; mso-pagination:widow-orphan; font-size:11.0pt; font-family:"Calibri","sans-serif"; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-fareast-language:EN-US;}*

Capixaba de Santa Teresa e também membro do Comitê Central do PCB, começou seus estudos em Vitória e se mudou para Belo Horizonte, onde cursou Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Também exerceu a profissão de jornalista, tornando-se, ainda jovem, secretário de redação no Estado de Minas. Em 1946, foi eleito vereador em Belo Horizonte, tendo sido líder da bancada comunista na Câmara de Vereadores. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, documento esse que acelerou a derrubada do Estado Novo. Foi marcante a sua participação como advogado dos trabalhadores da Mina do Morro, em Conselheiro Lafaiete (MG), numa greve que durou 43 dias. Morou com eles durante o movimento e passou a ser procurado com virulência pela polícia de Minas Gerais. Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde dirigiu sucessivamente duas publicações do PCB, Imprensa Popular e Novos Rumos. Orlando era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e pai de seis filhos. No dia 08/10/1975, dezessete dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bomfim recebeu telefonema anônimo, em que algum amigo de seu pai comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI - Associação Brasileira de Imprensa. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo. Orlando tinha sido preso na tarde daquele dia, no Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Isabel. Foi impetrado um habeas-corpus em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando tinha um mandado de prisão preventiva decretado. Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça e a parlamentares. Contatos foram feitos com a OAB, CNBB, Comitê Brasileiro pela Anistia de São

Paulo, Comissão Justiça e Paz do Rio e de São Paulo, cardeal Dom Eugênio Sales, sem conseguir qualquer informação oficial a respeito de seu paradeiro. O deputado Getúlio Dias, na liderança do MDB na Câmara, denunciou da tribuna mais esse desaparecimento. No dia 31 de outubro, durante a comoção nacional provocada pela morte de Vladimir Herzog, a família recebeu a informação, através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mas, onze dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão. O comunicado oficial do general Reynaldo, que seria posteriormente presidente do STM, foi particularmente frustrante para a área sensível aos Direitos Humanos, visto que sua nomeação para o comando regional do Exército tinha gerado expectativas otimistas pelo fato de ser filho de um dos grandes nomes da literatura brasileira, José Américo de Almeida. Numa abordagem que seria soterrada depois que a abertura democrática permitiu a revelação de uma boa parte do ocorrido nos porões da ditadura, sua nota oficial pontificava: 'O Exército brasileiro conhece perfeitamente sua destinação constitucional e jamais se afastaria das normas legais vigentes, principalmente na salvaguarda e preservação dos legítimos direitos dos cidadãos e da própria Pátria'. No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato sobre o destino de Orlando Bomfim. O jornal O Estado de São Paulo recebeu um telefonema anônimo informando que ele estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da Folha de S.Paulo recebia um telex informando sobre sua morte na prisão, durante interrogatório. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, (Veja de 18/11/1992), Orlando foi morto com uma injeção para matar cavalos. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-CODI de São Paulo e levado para um cárcere na rodovia Castelo Branco, onde foi executado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré (SP), e a rodovia Castelo Branco. Nos documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP é possível ler as seguintes informações sobre Orlando Bomfim: '- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ªRM. - 22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas'.

Local de morte/desaparecimento: Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCB

Data do Recolhimento da documentação física para o Arquivo Nacional:

06/08/2009

Descrição (resumo do procedimento administrativo):

Lei nº 9.140/95 e 04/12/95

Procedimento administrativo de busca, localização e identificação dos restos mortais

Processo: 00005.200708/2016-94

Os familiares poderão solicitar acesso aos detalhes do procedimento através do e-mail desaparecidospoliticos@sdh.gov.br ou pelo telefone (61) 2027 3484.

Filiação Mãe: Maria Gasparini Bomfim

Filiação Pai: Orlando da Silva Rosa Bomfim

Data do desaparecimento ou última vez que foi visto:

08/10/1975
